

**34º Encontro Nacional da Associação de Pós-Graduação e Pesquisa em
Ciências Sociais (Anpocs)**

25 a 29/10/2010, Caxambu, MG

ST02: Ciberpolítica, ciberativismo e cibercultura

Democracia digital e participação política no Brasil¹

Heloisa Dias Bezerra

Professora da Universidade Federal Goiás (UFG)

Vladimir Lombardo Jorge

Professor da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)

¹ Uma versão preliminar deste trabalho foi apresentado na *Área Temática Comunicação Política e Opinião Pública* do 7º Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP), ocorrido em Recife (PE) entre os dias 4 e 7 de agosto de 2010. Seria impossível a finalização deste trabalho, sem o empenho e a dedicação de Uianã Cruvinel e Marisleily Freitas – ambas alunas do curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFG e, respectivamente, bolsistas do CNPq e da Capes – e de Mariana Martiniano e Joscimar Silva, alunos de graduação do curso de Ciências Sociais da UFG e bolsistas de iniciação científica do CNPq.

1. Introdução

A distância entre representantes e representados e os custos da informação política são apontados como entraves da participação ativa dos cidadãos na vida política de seus respectivos países. Nas últimas décadas, porém, o surgimento da *internet* e, sobretudo, a difusão crescente do acesso a esta e outras novas tecnologias da informação e da comunicação (TICs) aumentaram a possibilidade de divulgação de informações, ampliaram as formas de controle dos agentes estatais e criaram expectativas quanto à expansão da participação política dos cidadãos.² A emergência das novas TICs levou especialistas a retomarem o debate sobre novas perspectivas para a democracia tomando como parâmetros certas questões sobre o modo como incidirão sobre o ambiente político democrático.

De acordo com Silva (2005), a maioria dos pesquisadores admite a potencialidade comunicativa das novas TICs, havendo, contudo, divergências quanto ao *tipo* e a *intensidade* de repercussão. Estes pesquisadores têm sido avaliados enquanto “otimistas”, “moderados” e “pessimistas”, mas Bezerra (2008) (2008) os reclassificou a partir de uma perspectiva da teoria política, que é a que adotamos neste trabalho e em nossa pesquisa:

[...] os denominei por “cyberotimistas rousseanianos” e “cyberpessimistas schumpeterianos”. Os primeiros estão relacionados à percepção de que as novas TICs constituem um surpreendente caminho para novos padrões de interação em ambientes democráticos, avanços que supostamente poderiam ser observados tanto na postura de políticos e burocratas, quanto nos próprios cidadãos, fazendo coro, assim, aos ideais do deliberacionismo ou do participativismo. Por seu turno, os “cyberpessimistas schumpeterianos” não acreditam nessa possibilidade incremental das TICs no que tange à participação política, seja pela inexistência de interesse por parte daqueles que estão à frente dos poderes públicos, seja pela apatia quase inerente aos indivíduos, diariamente acossados pelas necessidades e prazeres da vida cotidiana. Dentro dessa perspectiva, a participação política está intimamente

² Há exemplos muito recentes. Foi lançado, pelo Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro, um sistema que permite aos cidadãos comuns acompanharem *online* os investimentos realizados pela Prefeitura do Rio de Janeiro em políticas públicas (O Globo, caderno Rio, pág. 19, 20 de junho de 2010). Outro exemplo é o uso que a secretária municipal de Educação do Rio de Janeiro, Cláudia Costin, faz do Twitter para escutar propostas e resolver questões relacionadas a sua pasta (*idem*).

relacionada ao modo como os indivíduos percebem o mundo público, ou seja, a política e os governantes, como coisas alheias ao leque de questões com as quais precisam de fato interagir e que, basicamente, dizem respeito ao mundo privado. (Bezerra, 2008, p. 2).

Para Malina (1999), Schmidtke (1998) e Coleman (1999a e 1999b), as novas TICs seriam marcadas por uma natureza ambígua e o seu uso para fins políticos benéficos depende, sobretudo, do modo de apropriação social; já Dean (1997), Buchstein (1997) e Wolton (2001) vêem mais seus efeitos negativos do que suas conseqüências positivas ou ambigüidades. (*apud* Silva, 2005, p. 452).

Quanto à divergência que os analistas têm sobre a intensidade de repercussão, os otimistas sustentam predominantemente a idéia de que o uso em larga escala das novas TICs seria capaz de transformar de modo significativo as relações sociais e políticas, estando esta visão bastante afinada com a idéia de uma “revolução digital” ou o surgimento de uma “sociedade da informação”. (Silva, 2005, p. 452-3) Os moderados restringem essas transformações ao nível de um rearranjo do sistema democrático liberal, admitindo repercussões importantes, mas não tão significativas a ponto de se afinarem com a idéia de uma “revolução”. (Silva, 2005, p. 453)

Além dessas diferentes perspectivas sobre a potencialidade política das TICs, há também diferentes retóricas que disputam o modelo de democracia no ciberespaço. Silva indica três segmentos predominantes: *individualista-liberal*, *comunitarista* e *deliberacionista*, que se diferenciam quanto aos seus respectivos entendimentos de legitimidade democrática. Para os individualistas, a democracia obtém legitimidade quando fornece expressão aos interesses individuais; para os comunitaristas, um modelo democrático é legitimado por realçar o espírito e valores comunais; já os deliberacionistas entendem que um modelo democrático é legitimado por sua facilitação do discurso racional na esfera pública. (Dahlberg, 2001, p. 158, *apud* Silva, 2005, p. 453).

Para Philippe Breton (2006) “os dispositivos democráticos existem em todos os níveis; somos nós (a sociedade civil) que nada fazemos. Na maioria das vezes por falta de competência para utilizá-los”. Essa idéia de uma incompetência democrática do cidadão comum como uma das causas da distância no relacionamento com as coisas do mundo público não é recente. Schumpeter

(1961) afirma que o cidadão além de ser apático em relação às questões do mundo político possui uma incapacidade cognitiva para a atuação nesta arena. Para Breton (op.cit.) a democracia representativa não carece tanto de incrementos, o cidadão é que precisa de capacitação para operar com as possibilidades de participação que já são ofertadas.

Defensor da democracia deliberativa, mas com ressalvas, Philippe Breton (2006) afirma que “democracia participativa” é uma boa opção, mas não deve ser vista como “ilusão” político-eleitoral. Criar dispositivos que abarquem mais amplamente os cidadãos é uma boa alternativa, contudo pode esbarrar na “questão do *savoir faire*” (técnicas) (Breton, 2006, p. 86). Para o autor não basta criar alternativas do ponto de vista das técnicas, das ferramentas, se elas servirem apenas para perpetuar as antigas competências. É preciso observar o uso que se faz das instituições, o que anteriormente referimos por engenharia institucional ou política.

Além disso, o autor questiona o que é praticar a democracia, porque muitos não sabem do que ela trata. Há também a diferença entre o discurso do que é democrático e o que se faz na realidade. Observa-se que muitas pessoas fazem calorosas alocações sobre os ideais democráticos, mas que nas suas ações práticas são autoritárias e dominadoras. Breton questiona ainda a noção de cidadania. Para ele, “*ser juridicamente cidadão não significa ser competente para praticar a democracia.*” (Breton, 2006, p. 97) No sistema democrático, cada pessoa é uma *autoridade pública*, ou seja, cada um é convocado a tomar sua parte na soberania. Portanto, ser cidadão implica na autoridade sobre a coisa pública e ser legalmente apto para isso. Todavia para julgar e decidir sobre o destino do bem público é preciso ter profundo conhecimento, ou seja, habilidade. A competência, dessa forma, ultrapassa o sentido da técnica

Tendo em vista que o debate sobre o emprego político das novas TICs no sistema democrático contemporâneo apresenta uma variação de visões sobre as promessas e o modo de existência de uma democracia mediada por artefatos tecnológicos, Silva observa que o termo “democracia digital” refere-se a experiências distintas, ainda que democráticas. Para ele, esta variação de sentido pode ser pensada a partir da percepção da existência de cinco graus

não excludentes de participação democrática da sociedade civil nos processos de produção de decisão política sugeridos por Gomes (2004b).

Esses cinco graus de democracia digital variam entre um pólo de baixíssima participação (primeiro grau) no qual o cidadão se limita a receber informações ou usufruir de serviços que o governo disponibiliza e outro (quinto grau) no qual os cidadãos substituem os seus representantes políticos na produção da decisão (Silva, 2005, p. 454-457) Embora, em princípio, um grau de democracia digital não exclua ou inclua necessariamente o outro, um projeto pode ocupar uma posição intermediária entre dois graus, estando mais propenso para um, sob um aspecto, e para outro, sob outro aspecto. Silva ressalta ainda que,

“a percepção de algum desses graus na implementação da democracia digital leva em conta um olhar cuidadoso: a existência de elementos de determinados graus não significa que exista, de fato, uma democracia digital. Significa que existem indícios “graduantes (e não determinantes) de um ideal democrático mediado por tecnologias da comunicação e informação.” [...]. (Silva, 2005, p. 457).

Na pesquisa que deu origem a este artigo³ tomamos como premissa a centralidade do conceito de boa governança, o qual, de acordo com a literatura especializada, é um indicativo ótimo da democratização das relações entre representantes e representados e do esforço dos poderes executivos quanto ao empoderamento da sociedade civil. Considerando que isto ocorre, principalmente, pela disponibilização de informações adequadas e suficientes para habilitar os cidadãos a demandar políticas e prestar atenção no desempenho dos políticos, nesta pesquisa investigamos *se, como e o quanto* os executivos estaduais:

A) Permitem a indivíduos, grupos e outras instituições (órgãos de imprensa, partidos políticos, ONGs etc.) o acesso a informações suficientes e necessárias para que estes possam exercer algum tipo de controle horizontal ou vertical;

³ Democracia e boa governança via websites dos governos estaduais. Projeto financiado pelo CNPq.

B) Oferecem mecanismos que permitem a indivíduos, grupos e outras instituições interagir direta ou indiretamente e expressar suas preferências frente às ações e políticas públicas desenvolvidas e em desenvolvimento;

C) Considerando A e B, em que níveis os executivos estaduais, aderindo à convergência digital e assim privilegiando a *internet* como meio de informação e interatividade com a sociedade, estão realizando a *accountability* política e a responsividade essenciais para a chamada boa governança.

Assim, neste artigo apresentamos resultados preliminares das seguintes regiões: Norte – Pará e Roraima; Nordeste: Bahia e Piauí; Centro-Oeste: Goiás e Mato Grosso do Sul.

2. Democracia representativa, limites e novas perspectivas

Embora a realização periódica de eleições livres e limpas seja um requisito necessário para haver democracia, esse critério é insuficiente e muitos cientistas políticos utilizam outros, além das eleições, para identificar um país democrático. Mas, ainda que ampliem sua definição de democracia, excluem uma variedade de questões. Mainwaring *et. alli* (2001), por exemplo, não consideram os direitos sociais e responsabilidade pública (*accountability*) requisitos necessários à definição de democracia. Apesar dessas exclusões, as democracias representativas têm limitações e, à medida que as expectativas dos cidadãos não se realizam ou não se concretizam completamente, tendem a gerar frustrações.

A redemocratização, para os latino-americanos, não se resumia apenas ao fim do regime autoritário, mas significava também desenvolvimento econômico acompanhado de redistribuição de renda, igualdade social e redução das assimetrias entre as regiões. À medida que os governos democráticos não apenas demonstraram ser incapazes de responder satisfatoriamente a essas demandas, mas também adotavam políticas econômicas que as agravaram ainda mais, as instituições democráticas liberais entraram em crise, o que levou

ao aumento da instabilidade política em vários países da região.⁴ O Brasil é uma das exceções. Desde os anos 1980, o país vive a sua mais longa e estável experiência democrática. Mas, apesar da estabilidade, os brasileiros compartilham com os demais latino-americanos uma enorme desconfiança com relação às suas instituições políticas, sendo isso um dos sintomas da crise que se abateu sobre as instituições políticas da região.⁵

As limitações da democracia representativa na área social e as frustrações com relação ao desempenho de suas instituições têm estimulado não somente a crítica a esse tipo de democracia, mas também a valorização de um modelo que estimule a participação direta dos cidadãos. Se não propõem a eliminação completa da democracia representativa, tais limitações estimulam seus críticos à esquerda a proporem a democracia deliberativa ou participativa em nível local ou operando conjuntamente com a democracia representativa.⁶ A segunda amplia a participação pelo uso dos institutos que permitem aos próprios cidadãos, e não apenas seus representantes, monitorar o governo e/ou interferir no próprio processo deliberativo.

Para terem mais controle sobre seus representantes ou decidirem sobre algum assunto (em uma eleição, um plebiscito, um referendo ou veto legislativo), os cidadãos individualmente ou as instituições da sociedade civil (ONGs, sindicatos etc.) necessitam de mais informação além daquela disponível nos órgãos de imprensa tradicionais (jornal, rádio e televisão) Mesmo nas democracias representativas, que não exige uma cidadania ativa, a oposição e os jornalistas, para que possam desempenhar efetivamente seu papel de “cão de guarda da democracia”, precisam que as instituições públicas disponibilizem suas informações.

Mas, qualquer que seja o modelo de democracia adotado, as novas TICs constituem recursos fundamentais tanto para a gestão pública quanto para a

⁴ É irônico que isso tenha ocorrido após a terceira onda democrática, que foi mais abrangente do que as anteriores (1828-1926 e 1943-1962). (Huntington, 1993 e 1994).

⁵ Além do aumento da desconfiança, outros sintomas apontados pela literatura são: o desaparecimento ou o enfraquecimento dos partidos políticos tradicionais em alguns países e alguns dos itens das reformas políticas que quase todos os países da região promoveram entre 1984 e 2007. Sobre o aumento da desconfiança política na América Latina, veja Power e Jamison, 2005.

⁶ Ver a respeito Santos e Avritzer, 2005.

aproximação estado-sociedade. Podem permitir o acesso rápido e fácil a informações necessárias a organizações não-governamentais, partidos de oposição e jornalistas interessados em fiscalizar o poder público ou aos próprios cidadãos quando convocados a deliberarem a respeito de uma questão.

2.1. Democracia digital no Brasil

Desde os anos 1980, o Brasil vive a sua mais longa e estável experiência democrática. Pesquisas de opinião pública, contudo, mostram que, apesar desse saldo positivo, a desconfiança política é demasiadamente elevada no País. Por isso, políticos e sociedade civil discutem o que fazer para reverter essa situação; o que fazer para tornar a *res publica* mais acessível ao homem comum; como minimizar o mau uso dos recursos públicos e dificultar a apropriação desses recursos por indivíduos ou grupos privados (patrimonialismo), como permitir que os cidadãos comuns exerçam um controle mais efetivo sobre os seus representantes. (Jorge, 2009, pp. 206-207)

O baixo estímulo à participação política também é percebido nos sítios dos governos das capitais brasileiras na *internet*. Silva constatou que, no Brasil, nos sítios dos governos das capitais brasileiras, a disponibilidade de informação e a prestação de serviços públicos ao cidadão é forma de participação que está em via de consolidação e, ainda assim possui um caráter predominantemente informativo: os elementos de prestação de serviços aparecem em quantidade menor e são direcionados predominantemente para a relação entre a Secretaria de Fazenda e o contribuinte. (Silva, 2005, p. 458) Além disso, verificou também que quase a metade dos governos das cidades analisadas “[...] não tem preocupação em manter um canal eficiente de comunicação direta com o cidadão solicitante” (Silva, 2005, p. 459-460).

Silva conclui que os sítios dos governos estaduais oferecem “[...] pouca transparência, pouca *accountability* e praticamente nenhuma permeabilidade à opinião pública por parte de um Estado que potencialmente empregaria as TICs (especificamente da *internet*) para melhorar a participação do cidadão nos negócios públicos.” (Silva, 2005, p. 463) Já os meios que permitiriam ao cidadão ter uma participação efetiva sobre o processo de definição das políticas públicas

estão completamente ausentes nos portais dos governos das capitais brasileiras. Embora, segundo Silva, haja informações sobre processos de deliberação através do chamado Orçamento Participativo em alguns sítios, “não há referências sobre a utilização das TICs ou da *internet* como meio de comunicação para viabilizar a participação neste mecanismo deliberacionista.” (Silva, 2005, p. 464).

Braga vislumbra um uso menos ambicioso para as novas TICs porque não as vê como um meio de introduzir um novo modelo de democracia, o que exigiria outros recursos além daqueles oferecidos atualmente.⁷ Pelo contrário, entende como um modo de aperfeiçoar a democracia representativa, pois vê a superação das deficiências *websites* sul-americanos como “uma importante dimensão do esforço para a institucionalização e o aperfeiçoamento da democracia parlamentar no continente sul-americano.” (Braga, 2007, p. 33). O autor verificou que vários *websites* sul-americanos apresentavam deficiências na disponibilização de informações sobre o processo legislativo e de governo à sociedade civil, situação esta que atribui ao baixo grau de institucionalização das democracias parlamentares de alguns países, conclui que os legislativos nacionais desta região.

2.2. Informação via *web*, *accountability* e responsividade políticas

Accountability política tem sido indicada como uma das principais ferramentas de democratização da atividade política, especialmente governamental. Acredita-se que a disponibilização de dados, especialmente se for conduzida pelas instituições, pode incrementar a esfera pública e conseqüentemente a capacidade de avaliação retrospectiva por parte de indivíduos e grupos. Acredita-se que o simples fato de disponibilizar informação garante mais qualidade à democracia, o que indicaria pouca relevância para os apelos deliberacionistas.

⁷ A democracia participativa não significa, necessariamente, a eliminação completa da representação política. Ela pode ser concebida, segundo Santos e Avritzer, de duas formas: a democracia representativa em nível nacional pode coexistir com a democracia participativa a nível local ou admite-se que os institutos da democracia direta podem substituir parte do processo de representação e deliberação da democracia liberal (Santos e Avritzer, 2005, p. 75-76).

Um aspecto do debate é a redução de *accountability* à transparência financeira, já que se trata de um elemento significativo para o combate à corrupção e para a própria democratização das relações políticas. A pergunta que permanece é se realizando uma boa prestação de contas o governante está realizando plenamente o que se espera da *accountability* política. Esta questão remete a um segundo conjunto de problemas: como realizar *accountability* política sem enveredar pela propaganda direcionada para a persuasão político-eleitoral de interesse do grupo que está no poder? O terceiro conjunto de problemas diz respeito ao formato da prestação de contas políticas, posto que eventuais parâmetros para avaliação retrospectiva certamente esbarrariam em velhos dilemas da democracia representativa: os eleitores podem cobrar promessas de campanha ou o representante tem o direito e o dever de ampliar sua atuação em favor, também, das minorias derrotadas, ou seja, indivíduos e grupos que apoiaram e/ou votaram ou votaram em candidatos derrotados? (Manin *et. alli*, 2006). Concluindo, o que seria informação relevante? O que poderia ser indicado como *accountability* política de qualidade?

Uma questão que nos parece significativa é correlacionar três dimensões do fazer político numa democracia representativa: informação técnico-administrativa (ou racional legal, nos termos weberianos), responsividade (Dahl, 1997) e *accountability* no que tange ao processo de formulação, implementação e avaliação das políticas públicas relativas a aspectos da cidadania. Neste caso, por questões de método, poderíamos separar os aspectos meramente informativos dos episódios deliberacionistas, localizando o processo decisório pura e simplesmente no âmbito da representação eleita, mas atribuindo significativa importância ao compartilhamento de informações durante o período de formulação, implementação e avaliação dessas políticas, com a possibilidade de um comportamento responsivo dos agentes políticos.

Ganha relevância o conjunto de informações disponibilizadas cotidianamente pelas instituições governamentais acompanhado de mecanismos de interação, o que, preliminarmente, nos parece um bom indicativo da ressonância da esfera pública e/ou da sociedade civil organizada junto aos poderes constituídos, considerando que, por suposto, na democracia representativa os cidadãos esperam contar com o trabalho dos representantes

legitimamente eleitos para buscar soluções adequadas aos problemas que surgirem durante seus mandatos e que a participação da sociedade fica bem resolvida quando circunscrita aos processos eleitorais e eventuais consultas temáticas por meio de referendos e plebiscitos. Os teóricos da democracia deliberativa ou da ampliação da participação dos cidadãos nos processos decisórios acreditam que os limites do modelo representativo engessam a criatividade e as preferências dos indivíduos.

Mas, se de fato responsividade é um indicador de democracia, é relevante que os órgãos públicos criem mecanismos para o cidadão expressar suas preferências. A grande questão é se de fato há representantes interessados em formular políticas de acordo com preferências manifestadas via mecanismos abertos de consulta popular e se os ativistas do século XXI, principalmente a grande maioria que frequenta a *internet*, se interessam por participar de processos decisórios encapsulados pelas amarras do Estado e dos interesses dos atores políticos institucionalizados, incluindo aqueles oriundos dos movimentos sociais organizados.

Rothberg (2008) destaca que o conceito habermasiano de esfera pública, redimensionado, pode abarcar as possibilidades das novas tecnologias de informação e comunicação. Gitlin (apud Rothberg, 2008) destaca que ferramentas como e-mails, chats, blogs, fóruns online, etc., podem dar acesso a uma gama maior de grupos à organização e ao diálogo, criando espécies de microesferas públicas. Estas podem representar “a chance de instauração de um novo patamar de democracia.” (Gitlin apud Rothberg, 2008, p. 155).

Essa idéia de microesferas públicas, conforme destaca Rothberg, é uma reformulação da teoria habermasiana que deixa de lado a “idealização de uma circunstância histórica” para considerar a “realidade objetiva da organização social contemporânea.” (Gitlin apud Rothberg, 2008, p. 155)

3. Metodologia e hipóteses

3.1. Hipótese da pesquisa

O Brasil tem dimensões continentais e a distribuição demográfica e de riquezas entre as unidades da federação e as regiões jamais foi equilibrada. Há,

portanto, fortes assimetrias entre as unidades da federação. A existência de tais assimetrias suscita a seguinte pergunta: investimentos em convergência digital significa, necessariamente, a realização qualitativamente superior da *accountability* política e da responsividade, e, conseqüentemente, a concretização de alguns dos requisitos político-administrativos fundamentais para a prática da boa governança?

Nossa hipótese é de que a resposta a essa pergunta é negativa, ou seja, a de que não há uma relação direta entre investimento em convergência digital e a realização qualitativamente superior da *accountability* política e da responsividade. Para testar essa hipótese, analisamos o portal do poder executivo de 10 estados, sendo dois por região e considerando as assimetrias maior PIB/menor PIB de acordo com os dados do IBGE de dezembro de 2007 (ver tabela 1). Esses portais, objeto da pesquisa, englobam o sitio do Gabinete do governador e os das Secretarias estaduais

Tabela 1
Unidades da Federação com maior e menor Produto Interno Bruto (PIB)

Região	Unidade da Federação	
	Com o maior PIB da região	Com o menor PIB da região
Norte	Pará	Roraima
Nordeste	Bahia	Piauí
Centro-Oeste	Goiás	Mato Grosso do Sul
Sudeste	São Paulo	Espírito Santo
Sul	Rio Grande do Sul	Santa Catarina

Fonte: IBGE, Contas Regionais do Brasil 2002-2005, divulgada em Dezembro/2007.

3.2. Análise dos sítios estaduais⁸

Como toda área de pesquisa emergente, há uma grande carência especialmente no que tange a metodologias, já que estamos tratando de algo que, ao mesmo tempo, é fonte e objeto de pesquisa, e que, além disto, pode estar disponível ou não, ser sazonal ou ocasional, de acordo com os gestores, afinal a *internet* é um espaço virtual, não-físico, que pode ser alterado

⁸ A modelagem da planilha partiu de outras pesquisas realizadas, especialmente Silva, 2005; Braga, 2006 e 2007; Norris, 2001.

completamente de um momento para o outro. Além disso, não há normas que obrigue a uma padronização dos sítios.

Dois pontos de discussão, ambos relativos à disseminação de informação política por meio da *internet*, consideramos prioritárias: 1) a assimetria informacional que solapa os indivíduos que não têm acesso ou que têm acesso precário à *internet*; 2) a ausência ou baixa qualidade de mecanismos de interação entre representantes e representados, o que, por si, contribuiria para o distanciamento de indivíduos e grupos dos processos inerentes à vida pública/esfera política. Portanto, nesta pesquisa tomamos como objeto verificar se e como os governos estaduais fazem uso de uma nova TIC em particular, a *internet*, e se disponibilizam alguns mecanismos de interação, bem como analisar a qualidade das informações e dos mecanismos de interação disponibilizados. Com base neste propósito, consideramos relevante trabalhar com uma metodologia que nos permita problematizar algumas dimensões relevantes da democratização das relações entre as instituições políticas e a sociedade civil.

Considerando a centralidade do conceito de boa governança, que inclui *accountability* e responsividade e considera fundamental o esforço dos poderes executivos quanto ao empoderamento da sociedade civil, ou seja, no sentido de disponibilizarem informações adequadas e suficientes para habilitar os cidadãos a demandar políticas e prestar atenção na *performance* dos políticos (Bezerra, 2008), problematizamos as variáveis em torno das seguintes questões: 1) Os poderes executivos estaduais permitem a indivíduos, grupos e outras instituições (órgãos de imprensa, partidos políticos, sindicatos, ONGs etc.) o acesso a informações suficientes e necessárias para que estes possam exercer controle horizontal ou vertical? 2) Os poderes executivos estaduais permitem que indivíduos, grupos e outras instituições possam interagir direta ou indiretamente e, assim, expressar suas preferências frente às ações e políticas públicas desenvolvidas ou em desenvolvimento? Em resumo, dimensionamos duas macro-categorias como ponto de partida as variáveis: 1) *accountability* política e controles verticais e horizontais; 2) Interação direta e indireta e responsividade governamental.

Para avaliar se os sítios permitem aos indivíduos e às instituições exercerem a *accountability*, vertical ou horizontal, bem como expressarem suas preferências, trabalhamos com 93 variáveis organizadas em 8 categorias conceitualmente distintas.

Em diversas rodadas de visita aos sítios buscamos verificar a presença de informações e de mecanismos de interação direta e indireta. Avaliamos, ainda, os fatores de facilitação do acesso às informações e ferramentas disponíveis. Os níveis de presença foram classificados e pontuados do seguinte modo:

Informação expandida⁹ = 2,0 pontos

Informação resumida = 1,0 pontos

Sem informação = 0,0 pontos

Na fase posterior de análise serão atribuídos pesos diferenciados para cada variável, pois, como ressalta Braga (2006; 2007), “[...] nem todas as variáveis têm o mesmo peso na organização dos sites [...]”, o que obriga ao pesquisador definir um fator de ponderação para a pontuação das variáveis.¹⁰

4. Análise preliminar dos dados coletados

4.1. Comparativo entre os estados

A Tabela 2 mostra as pontuações *máxima para cada uma das secretarias estaduais, máxima para o estado e a obtida efetivamente pelo estado*. A pontuação máxima para a secretaria é aquela que o órgão do governo do estado obteria caso todas as informações fornecidas pela secretaria fossem do tipo expandidas. Já a pontuação máxima para o estado é aquela que atribuiríamos ao *site* do Executivo estadual caso todas as informações contidas no *site* da secretaria fossem completas e/ou satisfatórias. Por fim, a pontuação obtida pelo estado é aquela que o *site* do Executivo estadual efetivamente conseguiu obter.

⁹ Denominamos por informação expandida em contraposição a informação resumida. Inicialmente havíamos tipificado como informação completa e incompleta, mas concluímos que esta caracterização causava dúvidas acerca do escopo e/ou quantidade de informação suficiente para a pontuação requerida.

¹⁰ A planilha completa pode ser encontrada no anexo I.

Tabela 2
Pontuação máxima e obtida pelos estados

Estado	Pontuação		
	Máxima para cada secretaria estadual	Máxima para o estado	Obtida pelo estado
Pará	186	4.278	339
Bahia	186	3.720	983
Goiás	186	3.720	971
Roraima	186	2.046	175
Piauí	186	1.860	344
Mato Grosso do Sul	186	1.860	274

Fonte: Banco de Dados do projeto de pesquisa “Democracia e boa governança via websites dos governos estaduais”

A Tabela 3 mostra o percentual que a *pontuação obtida pelo estado* representa em relação à *pontuação máxima para o estado*.

Tabela 3
Pontuação máxima e obtida por estado

Estado	Pontuação		B/A
	Máxima para o estado (A)	Obtida pelo estado (B)	
Bahia	3.720	983	26,4%
Goiás	3.720	971	26,1%
Piauí	1.860	344	18,5%
Mato Grosso do Sul	1.860	274	14,7%
Roraima	2.046	175	8,6%
Pará	4.278	339	7,9%

Fonte: Banco de Dados do projeto de pesquisa “Democracia e boa governança via websites dos governos estaduais”

Os dados preliminares revelam que, de um modo geral, os executivos estaduais ainda disponibilizam poucas informações em seus *sites*. Observe que, de acordo com as Tabelas 2 e 3, dentre as seis unidades da federação analisadas, as que mais forneciam informações para os cidadãos foram Bahia e Goiás. Contudo, mesmo esses dois estados não conseguiram obter sequer 27% do total máximo de pontos que poderiam atingir. Bahia conseguiu 983 pontos, ou seja, 26,4% dos 3.720 pontos que poderia atingir. Goiás, por sua vez, obteve 971 pontos, isto é, 26,1% dos 3.720 que poderia ter alcançado.

As unidades da federação que menos ofereciam informações aos cidadãos foram Roraima e Pará. Estes estados não conseguiram obter sequer 10% do total máximo de pontos que poderiam atingir: 2.046 e 4.278 respectivamente. Roraima atingiu 175 pontos, o que corresponde a 8,6% do total de pontos que poderia atingir. Já o estado do Pará, somou somente 339 pontos, isto é, 7,9% dos que poderia ter obtido.

Entre os dois extremos, Piauí e Mato Grosso do Sul ocupavam uma posição intermediária. Ambos podiam obter no máximo 1.860 pontos. O primeiro, contudo, conseguiu apenas 344 pontos; o segundo, menos ainda: 274 pontos. Portanto, essas duas unidades da federação conseguiram alcançar respectivamente somente 18,5% e 14,7% do total de pontos que podiam atingir caso todas as informações fornecidas pelo *site* fossem completas e/ou satisfatórias.

A ausência de informações fica ainda mais evidente quando analisamos as variáveis do bloco “relação com o público”. Esse conjunto de variáveis permitem analisar a relação do Executivo estadual com os cidadãos. As Tabelas 4 e 5 mostram a pontuação máxima e a obtida pelo Executivo estadual, sendo aquela que *site* do governo do estado obteria caso todas as informações fornecidas fossem expandidas. Já a pontuação obtida é aquela que o *site* do Executivo estadual efetivamente conseguiu atingir.

Tabela 4
Relação com o Público: Informação

Estado	Pontuação		B/A
	Ideal (A)	Obtida (B)	
Bahia	1.000	274	27,4%
Goiás	1.000	207	20,7%
Roraima	550	98	17,8%
Piauí	500	72	14,4%
Mato Grosso do Sul	500	40	8,0%
Pará	1.150	46	4,0%

Fonte: Banco de Dados do projeto de pesquisa “Democracia e boa governança via websites dos governos estaduais”

Segundo a Tabela 4, dentre as seis unidades da federação analisadas, as que mais disponibilizam informações para os cidadãos foram Bahia e Goiás.

Contudo, mesmo esses dois estados não conseguiram obter sequer 28% do total máximo de pontos que poderiam atingir. Caso todas as informações fornecidas pelo *site* fossem completas e/ou satisfatórias, esses dois estados alcançariam cada um total de 1.000 pontos. Bahia, contudo, conseguiu somente 274 pontos, ou seja, 27,4% do total de pontos que poderia atingir. Goiás, por sua vez, obteve 207 pontos, isto é, 20,7% dos pontos que poderia ter alcançado.

As unidades da federação que menos ofereciam informações aos cidadãos foram Mato Grosso do Sul e Pará. Estes não conseguiram obter sequer 10% do total máximo de pontos que poderiam atingir: 500 e 1.150 respectivamente. Mato Grosso do Sul atingiu 40 pontos, o que corresponde a 8,0% do total de pontos que este estado poderia atingir. Já o estado do Pará, somou somente 46 pontos, isto é, 4,0% da pontuação máxima que este estado poderia ter obtido.

Já os estados do Roraima e Piauí ocupavam uma posição intermediária. Ambos podiam obter no máximo 550 e 500 pontos respectivamente. O primeiro conseguiu, todavia, apenas 98 pontos; o segundo, não ultrapassou os 72 pontos. Enfim, essas duas unidades da federação conseguiram alcançar respectivamente somente 17,8% e 14,4% do total máximo de pontos que podiam atingir.

Tabela 5
Relação com o Público e Processo Decisório

Estado	Pontuação		B/A
	Ideal (A)	Obtida (B)	
Bahia	440	81	18,4%
Goiás	440	54	12,3%
Piauí	220	27	12,3%
Mato Grosso do Sul	220	7	3,2%
Roraima	242	9	3,7%
Pará	506	7	1,4%

Fonte: Banco de Dados do projeto de pesquisa “Democracia e boa governança via websites dos governos estaduais”

Segundo a Tabela 5, dentre as seis unidades da federação analisadas, as que mais disponibilizavam informações para os cidadãos foram Bahia, Goiás e Piauí. Mas, a exemplo do que vimos anteriormente, esses três estados não conseguiram obter sequer 20% do total máximo de pontos que poderiam atingir. Bahia conseguiu 81 pontos, ou seja, 18,4% dos 440 pontos que poderia atingir.

Goiás e Piauí, por sua vez, obtiveram, respectivamente, 54 e 27 pontos, isto é, 12,3% da pontuação máxima que podiam atingir: 440 e 220 respectivamente.

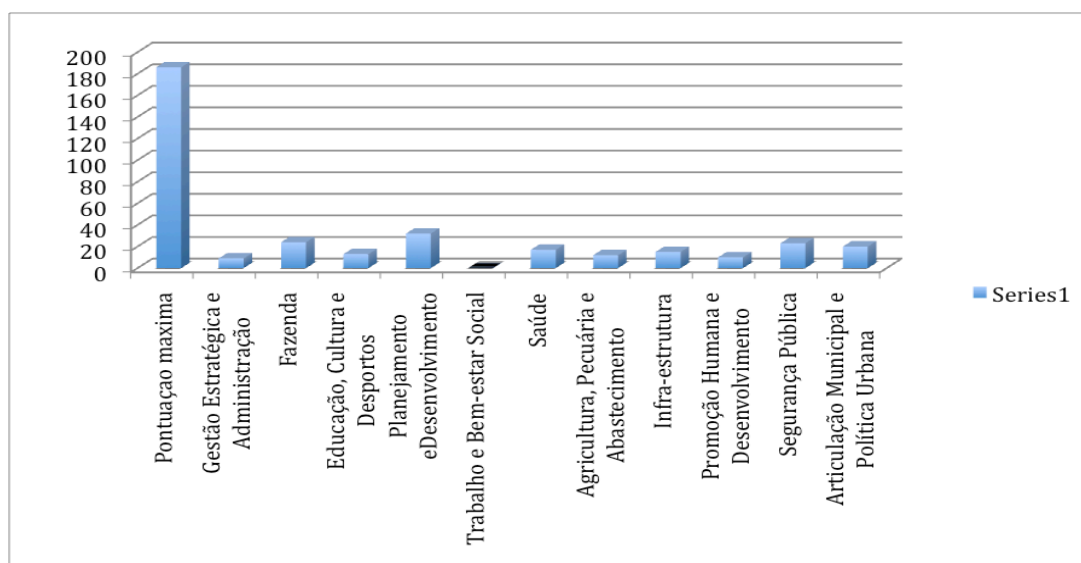
As unidades da federação que menos oferecem informações aos cidadãos foram Mato Grosso do Sul, Roraima e Pará. Estes não conseguiram obter sequer 5% do total máximo de pontos que poderiam atingir: 220, 242 e 506 respectivamente. Mato Grosso do Sul atingiu 7 pontos, o que corresponde a 3,2% do total de pontos que este estado poderia no máximo atingir. O estado de Roraima alcançou apenas 9 pontos, o que equivale a 3,7% dos pontos que este estado poderia atingir. Por fim, o estado do Pará, somou somente 7 pontos, isto é, 1,4% da pontuação máxima que este estado poderia ter somado.

4.2. Comparativo das secretarias, por estado

De um modo geral, as secretarias de estado obtiveram pontuações muito distante das que poderiam ter efetivamente obtido. A pontuação média obtida pelas 94 secretarias analisadas foi de 32,8 pontos com um desvio-padrão de 19,3 pontos. Apenas três secretarias de dois estados obtiveram a pontuação máxima efetiva (79 pontos): Educação (Bahia), Planejamento (Bahia) e Planejamento e Desenvolvimento (Goiás). Vejamos, agora, a pontuação alcançada pelas secretárias dentro de cada unidade da federação estudada.

No período que a pesquisa foi realizada, o estado de Roraima possuía onze secretarias: *Planejamento e Desenvolvimento, Fazenda, Segurança Pública, Articulação Municipal e Política Urbana, Saúde, Infra-estrutura, Educação, Cultura e Desportos, Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Promoção Humana e Desenvolvimento, Gestão Estratégica e Administração e Trabalho e Bem-estar Social*. O Gráfico 1 mostra a pontuação atingida por cada uma dessas secretarias.

Gráfico 1
Comparativo das secretarias do estado de Roraima

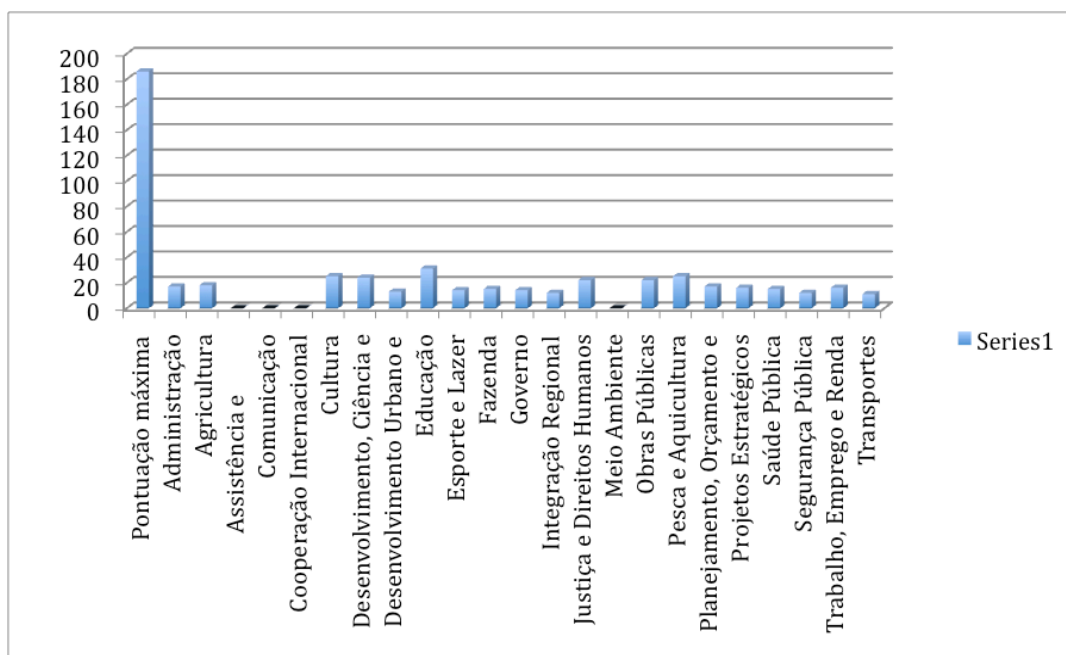


Fonte: Banco de Dados do projeto de pesquisa “Democracia e boa governança via websites dos governos estaduais”.

De acordo com o Gráfico 1, dentre as onze secretarias de governo do estado de Roraima, as que obtiveram as maiores pontuações foram Planejamento e desenvolvimento (32 pontos), Fazenda (24 pontos), Segurança Pública (23 pontos) e Articulação Municipal e Política Urbana (20 pontos). Já as que obtiveram as piores pontuações foram as de Trabalho e Bem-Estar Social (0 pontos), Gestão Estratégica e Administração (9 pontos) e Promoção Humana e Desenvolvimento (10 pontos).

O estado do Pará possuía 23 secretarias na época que realizamos a análise de seu *site*. As secretarias encontradas foram: *Educação, Cultura, Pesca e Aquicultura, Desenvolvimento, Ciência e Tecnologia, Justiça e Direitos Humanos, Obras Públicas, Agricultura, Administração, Planejamento, Orçamento e Finanças, Projetos Estratégicos, Trabalho, Emprego e Renda, Fazenda, Saúde Pública, Esporte e Lazer, Governo, Desenvolvimento Urbano e Regional, Integração Regional, Segurança Pública, Transportes, Assistência e Desenvolvimento Social, Comunicação, Cooperação Internacional e Meio Ambiente*. O Gráfico 2 mostra a pontuação obtidas pelas secretarias paraenses.

Gráfico 2
Comparativo das secretarias do estado do Pará

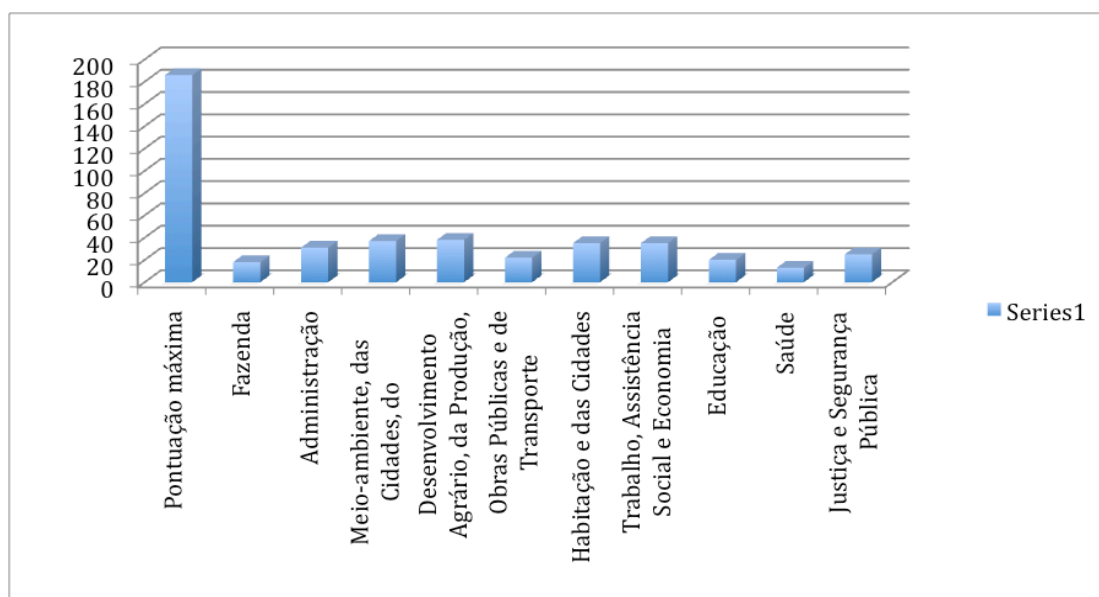


Fonte: Banco de Dados do projeto de pesquisa “Democracia e boa governança via websites dos governos estaduais”

Segundo o Gráfico 2 (ou a Tabela 7), dentre as 23 secretarias do estado do Pará, as que obtiveram as maiores pontuações foram as de Educação (31 pontos), Cultura (25 pontos), Pesca e Agricultura (25 pontos), Desenvolvimento, Ciência e Tecnologia (24 pontos), Justiça e Direitos Humanos (22 pontos) e Obras Públicas (22 pontos). Já as que obtiveram as menores pontuações foram as secretarias de Assistência e Desenvolvimento Social, Comunicação, Cooperação Internacional e Meio Ambiente. Nenhuma dessas quatro secretarias obteve um ponto sequer.

Mato Grosso do Sul, por sua vez, possuía 10 secretarias quando realizamos a análise do site desse estado: *Desenvolvimento Agrário, da Produção, Indústria, Comércio e Turismo, Meio-ambiente, das Cidades, do Planejamento, da Ciência e da Tecnologia, Habitação e das Cidades, Trabalho, Assistência Social e Economia Solidária, Administração, Justiça e Segurança Pública, Obras Públicas e de Transporte, Educação, Fazenda e Saúde*. A pontuação alcançada por cada uma das secretarias é revelada pelo Gráfico 3.

Gráfico 3.
Comparativo das secretarias do estado do Mato Grosso do Sul

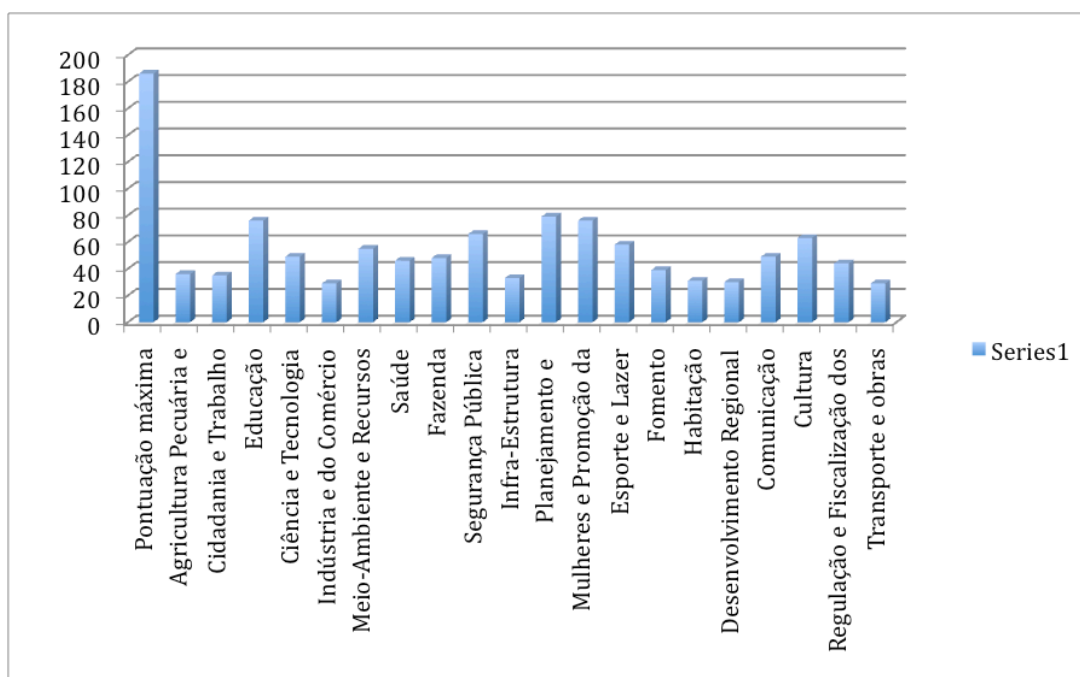


Fonte: Banco de Dados do projeto de pesquisa “Democracia e boa governança via websites dos governos estaduais”

O Gráfico 3 mostra que, dentre as 10 secretarias de governo do estado de Mato Grosso do Sul, as que obtiveram as maiores pontuações foram as de Desenvolvimento Agrário, da Produção, Indústria, Comércio e Turismo (38 pontos), Meio-ambiente, das Cidades, do Planejamento, da Ciência e da Tecnologia (37 pontos), Habitação e das Cidades (35 pontos), Trabalho, Assistência Social e Economia Solidária (35 pontos), Administração (31 pontos), Justiça e Segurança Pública (25 pontos), Obras Públicas e de Transporte (22 pontos) e Educação (20 pontos). Já as que obtiveram as menores pontuações foram as secretarias de Fazenda (18 Pontos) e Saúde (13 pontos).

Quando realizamos a pesquisa, o estado de Goiás possuía 20 secretarias, a saber: *Planejamento e Desenvolvimento, Educação, Mulheres e Promoção da Igualdade Racial, Segurança Pública, Cultura, Esporte e Lazer, Meio-Ambiente e Recursos Hídricos, Ciência e Tecnologia, Comunicação, Fazenda, Saúde, Regulação e Fiscalização dos Serviços Públicos, Fomento, Agricultura Pecuária e Abastecimento, Cidadania e Trabalho, Infra-Estrutura, Habitação, Desenvolvimento Regional, Indústria e do Comércio e Transporte e obras*. O Gráfico 4 mostra a pontuação das secretarias goianas.

Gráfico 4
Comparativo das secretarias do estado de Goiás

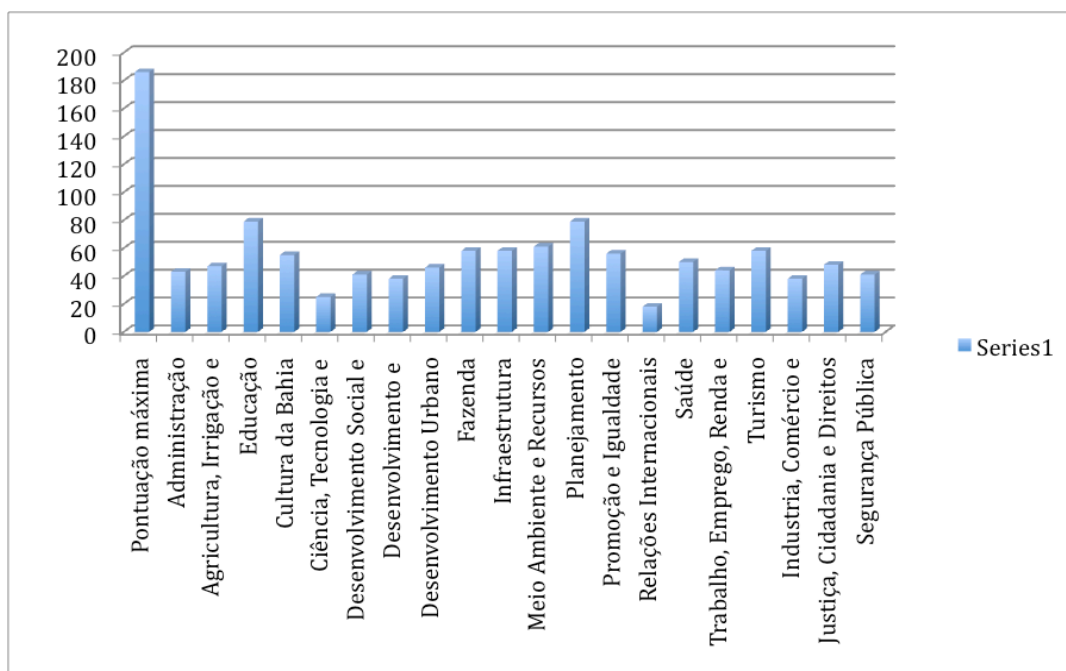


Fonte: Banco de Dados do projeto de pesquisa “Democracia e boa governança via websites dos governos estaduais”

O Gráfico 4 mostra que, dentre as 20 secretarias de governo do estado de Goiás, as que obtiveram as maiores pontuações foram as de Planejamento e Desenvolvimento (79 pontos), Educação (76 pontos) e Mulheres e Promoção da Igualdade Racial (76 pontos). Já as que obtiveram as menores pontuações foram as secretarias de Desenvolvimento Regional (30 pontos), Indústria e do Comércio (29 pontos) e Transporte e obras (29 pontos).

A Bahia possuía 20 secretarias quando seu site foi analisado. As secretarias baianas eram: *Educação, Planejamento, Meio Ambiente e Recursos Hídricos, Fazenda, Infraestrutura, Turismo, Promoção e Igualdade, Cultura da Bahia, Saúde, Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária, Desenvolvimento Urbano, Trabalho, Emprego, Renda e Esporte, Administração, Desenvolvimento Social e Combate a Pobreza, Segurança Pública, Desenvolvimento e Integração Regional, Indústria, Comércio e Mineração, Ciência, Tecnologia e Informação e Relações Internacionais*. O Gráfico 5 mostra a pontuação obtidas por essas secretarias.

Gráfico 5
Comparativo das secretarias do estado da Bahia

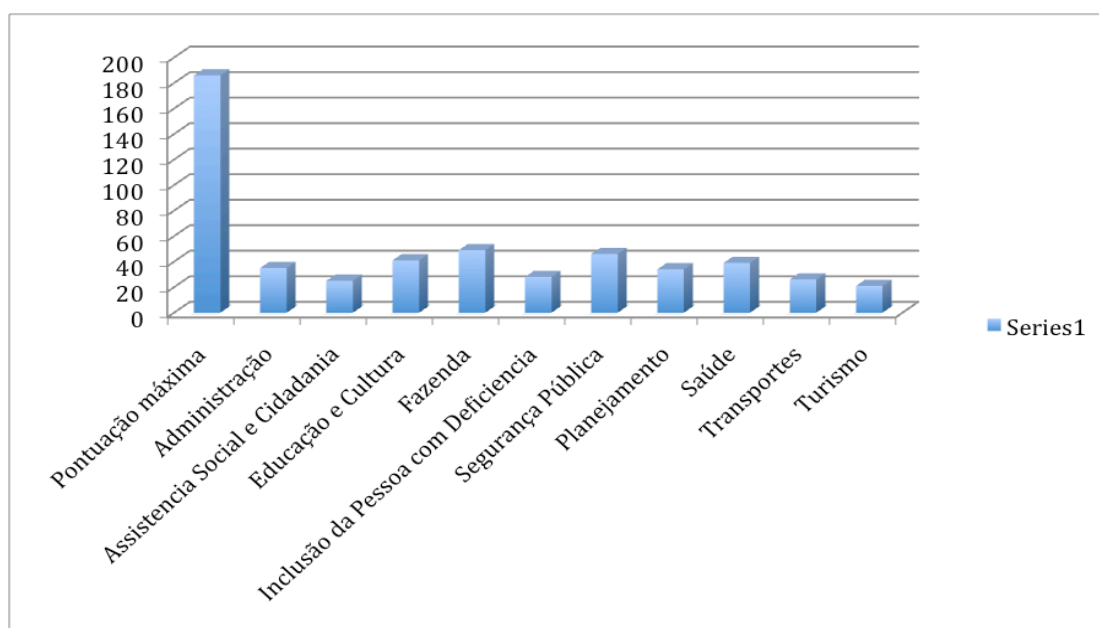


Fonte: Banco de Dados do projeto de pesquisa “Democracia e boa governança via websites dos governos estaduais”.

De acordo com o Gráfico 5, dentre as 20 secretarias de governo baianas, as maiores pontuações foram obtidas pelas de Educação (79 pontos), Planejamento (79 pontos) e de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (61 pontos). Já as menores pontuações foram obtidas pelas secretarias de Desenvolvimento e Integração Regional (38 pontos), Indústria, Comércio e Mineração (38 pontos), Ciência, Tecnologia e Informação (25 pontos) e Relações Internacionais (18 pontos).

O estado do Piauí possuía 10 secretarias quando realizamos a análise do site deste estado: *Fazenda, Segurança Pública, Educação e Cultura, Saúde, Administração, Planejamento, Inclusão da Pessoa com Deficiência, Transportes, Assistência Social e Cidadania e Turismo*. A pontuação atingida pelas secretarias piauienses é revelada pelo Gráfico 6.

Gráfico 6
Comparativo das secretarias do estado do Piauí



Fonte: Banco de Dados do projeto de pesquisa “Democracia e boa governança via websites dos governos estaduais”.

Segundo o Gráfico 6, dentre as 10 secretarias piauienses, as que obtiveram as maiores pontuações foram as de Fazenda (49 pontos), Segurança Pública (46 pontos) e Educação e Cultura (41 pontos). Já as que obtiveram as menores pontuações foram as secretarias de Inclusão da Pessoa com Deficiência (28 pontos), Transportes (26 pontos), Assistência Social e Cidadania (25 pontos) e Turismo (21 pontos).

4. Considerações finais

Os dados coletados e a análise preliminar confirmam a hipótese inicial da pesquisa, ou seja, de que investimentos em convergência digital não significam, necessariamente, a realização qualitativamente superior da *accountability* política e da responsividade, e, conseqüentemente, a concretização de alguns dos requisitos político-administrativos fundamentais para a prática da boa governança.

Comparativamente, os estados apresentam um grau similar de implementação de ferramentas voltadas para a efetivação de uma democracia eletrônica que amplie as bases da *accountability* política e da responsividade.

Os dados preliminares revelaram que, de um modo geral, os executivos estaduais ainda disponibilizam poucas informações em seus sites. Bahia e Goiás foram, dentre as seis unidades da federação analisadas, as que mais forneciam informações para os cidadãos. Mas, mesmo esses dois estados não conseguiram obter sequer 27% do total máximo de pontos que poderiam atingir.

A ausência de informações torna-se ainda mais evidente quando analisamos as variáveis do bloco “relação com o público”. Constatamos que, dentre as seis unidades da federação analisadas, as que mais disponibilizam informações para os cidadãos foram novamente Bahia e Goiás. Contudo, mesmo esses dois estados não conseguiram obter sequer 28% do total máximo de pontos que poderiam atingir.

A Relação com o Público e Processo Decisório revelou que, dentre as seis unidades da federação analisadas, as que mais disponibilizavam informações para os cidadãos foram Bahia, Goiás e Piauí. Mas, a exemplo do que vimos anteriormente, esses três estados não conseguiram obter sequer 20% do total máximo de pontos que poderiam atingir.

As secretarias de estado obtiveram pontuações muito distante das que poderiam ter efetivamente obtido. A pontuação média obtida pelas 94 secretarias analisadas foi de 32,8 pontos com um desvio-padrão de 19,3 pontos. Apenas três secretarias de dois estados obtiveram 79 pontos: Educação (Bahia), Planejamento (Bahia) e Planejamento e Desenvolvimento (Goiás). Contudo, essa análise é provisória, pois a ponderação das macrocategorias, por variável, ampliará nosso campo de análise e comparação.

Referências bibliográficas

BEZERRA, Heloisa Dias. Atores políticos, informação e democracia. **Opinião Pública**, Campinas, vol. 14, nº 2, Novembro, 2008, p.414-431. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/op/v14n2/06.pdf>. Último acesso: 05/04/2009.

BRAGA, Sérgio. Podem as novas tecnologias de informação e comunicação auxiliar na consolidação das democracias? Um estudo sobre a informatização dos órgãos legislativos na América do Sul. **Opinião Pública**, Campinas, vol. 13, nº 1, Junho, 2007, p.1-50.

_____. Internet e Política: um estudo sobre a informatização dos órgãos legislativos na América do Sul. In: III Congresso da ALACIP/Associação Latino-americana de

Ciência Política, **Anais do III Congresso da ALACIP** (CD-Rom). Campinas: Unicamp, Campinas, 2006, p. 1-29.

BRETTON, Philippe. **A incompetência democrática**. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

BUCHSTEIN, H. Bytes that bite: the internet and deliberative democracy. **Constellations**, v. 4, n. 2, p. 248-263, 1997.

COLEMAN, S. Cutting out the middle man: from virtual representation to direct deliberation. In: HAGUE, B.; LOADER, B. D. (org.). **Digital democracy: discourse and decision making in the information age**. London: Routledge, 1999a.

DAHL, Robert A. **Poliarquia**. São Paulo: Edusp, 1997.

DAHLBERG, L. Democracy via cyberspace: mapping the rhetorics and practices of three prominent camps. **New media & society**, v. 3, n. 2, p. 157-177, 2001.

DEAN, J. Why the net is not a public sphere. **Constellations**, v. 10, n. 1, p. 95-112, 2003.

GOMES, W. Ciberdemocracia: possibilidades e limites. 2004. **Conferência Inaugural do II Congresso Ibérico de Comunicação**, Covilhã, Portugal (Inédito), 2004b.

HUNTINGTON, Samuel P. **A terceira onda**. A democratização no final do século XX. São Paulo: Ática, 1994.

_____. Democracy's third wave. In: DIAMOND, Larry e PLATTNER, Marc F. **The global resurgence of democracy**. Baltimore and London: The Johns Hopkins University Press, 1993.

JORGE, Vladimyr Lombardo. Reflexões sobre a democracia na Venezuela e no Brasil. **Desigualdade & Diversidade** – Revista de Ciências Sociais da PUC-Rio, n. 4, pp. 192-216, jan.-jun. 2009. Disponível em: <http://publique.rdc.puc-rio.br/desigualdadediversidade/>. Último acesso: 25/06/2010.

MALINA, A. Perspectives on citizen democratization and alienation in the virtual public sphere. In: HAGUE, B.; LOADER, B. D. (org.). **Digital democracy: discourse and decision making in the information age**. London: Routledge, 1999.

MANIN, Bernard; PRZEWORSKI, Adam; STOKES, Susan S. Eleição e representação. **Lua Nova**, São Paulo, 67:105-138, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n67/a05n67.pdf>. Último acesso: 05/03/2009.

MAINWARING, Scott; BRINKS, Daniel; PEREZ-LINAN, Aníbal. Classificando Regimes Políticos na América Latina, 1945-1999. **Dados**, Rio de Janeiro, vol. 44, n.º 4, 2001, págs. 645 a 687.

POWER, Timothy J. e JAMISON, Giselle D. Desconfiança política na América Latina. **Opinião Pública**, março 2005, vol.11, n.º 1, págs. 64 a 93.

NORRIS, Pippa. **Digital divide?: civic engagement, information poverty, and the Internet Worldwide**. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

ROTHBERG, Danilo. *Por uma agenda de pesquisa em democracia eletrônica*. **Opinião Pública**, Campinas, vol. 14, nº. 1, junho, 2008.

SCHUMPETER, Joseph. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1976.

SANTOS, Boaventura de Sousa e AVRITZER, Leonardo. Introdução. Para ampliar o cânone democrático. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). **Democratizar a democracia**: os caminhos da democracia participativa (3ª ed.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SILVA, Sivaldo Pereira. Graus de participação democrática no uso da internet pelos governos das capitais brasileiras. **Opinião Pública**, Campinas, v. 11, n. 2, Oct. 2005.

WOLTON, D. **E depois da Internet?** Para uma teoria crítica dos novos mídias. Algés: Difel, 2001.

ANEXO

QUADRO DE VARIÁVEIS

Projeto de pesquisa “Democracia e boa governança via websites dos governos estaduais” (USO PROVISORIAMENTE NÃO AUTORIZADO)

I	ACESSIBILIDADE (página inicial)
1	Mecanismos de busca no site
2	Há “mapa do site”?
3	Acesso a organograma(s) da instituição
4	E-mail e/ou fale conosco para contato
5	Estatísticas de navegação
6	Glossário de termos políticos ou técnicos
7	Aumento/diminuição de letras (fonte)
8	Links para gabinete do governador, secretarias e outros órgãos estatais
9	Link para projetos de lei em tramitação
10	links para processos decisórios abertos a consulta pública
11	agenda do governador/secretário
12	notícias atualizadas
13	inscrição para recebimento de newsletter do gabinete/secretarias
II	INFORMAÇÕES SOBRE O PODER EXECUTIVO
14	Competências da Instituição/órgão
15	Missão da instituição/órgão
16	História da instituição/órgão
17	Planejamento estratégico da gestão
18	Plano de governo anual
19	Metas da administração
20	Composição do Poder Executivo/Secretarias
21	Informações sobre as administrações anteriores
22	Íntegra dos projetos de políticas públicas em processo de implantação ou avaliação
23	Íntegra das ações de governo em período de implantação ou avaliação
III	INFORMAÇÕES SOBRE OS MEMBROS DO PODER EXECUTIVO (Governados e Secretariado)
24	Mini-curriculo político-partidário e administrativo
25	Declaração patrimonial
26	Íntegra de material resultante de participação em sabatinas públicas
IV	RELAÇÃO COM O PODER LEGISLATIVO
27	Projetos de lei enviados para o Poder Legislativo
28	projetos de lei aprovados pelo Poder Legislativo
29	Vetos totais ou parciais a projetos de lei aprovados pelo Poder Legislativo
30	Vetos do Poder Executivo derrubados pelo Poder Legislativo
31	Constituição Estadual em formato .pdf ou .doc
32	Constituição Federal em formato .pdf ou .doc
33	Leis estaduais em formato .pdf ou .doc
34	Leis ou emendas orçamentárias
35	Discussão orçamentária
36	Execução orçamentária do Poder Executivo
37	Íntegra do orçamento
38	Orçamento comentado
V	RELAÇÃO COM O PÚBLICO: INFORMAÇÃO
39	Ouvidoria ou análogo
40	Contatos para denúncias
41	Quadro/resumo da atuação da Ouvidoria
42	Seminários realizados pela Ouvidoria
43	Relatório final Ouvidoria;
44	Acervo sonoro de eventos

45	Transmissão de rádio pela Web
46	Programação de rádio
47	Transmissão de TV pela Web
48	Programação da TV
49	Boletim informativo
50	Link para agência de comunicação
51	Anúncio de livro e documentos editados
52	Periódicos de circulação regular (eletrônico ou em “.pdf”)
53	Íntegras das publicações
54	Serviço de clipping
55	Coordenadoria de informações ou publicações
56	Serviço de notícias
57	Release dos projetos relevantes
58	Legislação/orçamento participativo
59	Cadastro/subscrição de notícias para e-mail
60	Inscrição on-line para eventos
61	Relatórios comentados sobre os projetos de políticas públicas e demais ações governamentais
62	acervo documental das administrações anteriores, especialmente relatórios técnicos, relatórios orçamentários/gestão fiscal, projetos de políticas públicas e ações governamentais
63	Respectivas avaliações finais. uso de blogs, youtube, twitter e outros formatos de interação
VI	INTERAÇÃO COM O PÚBLICO E PROCESSO DECISÓRIO
64	Disponibilização de textos relativos processos de formulação de políticas públicas
65	Disponibilização de projetos/metadados para ações governamentais
66	Consultas públicas convites públicos a indivíduos/grupos especialistas em temas específicos
67	Para formulação de políticas públicas
68	Enquetes sobre temas polêmicos
69	Fóruns ou chats de debates sobre temáticas específicas
70	Acervo dos fóruns ou chats sobre temáticas específicas
71	Fóruns ou chats não tematizados
72	Acervo de fóruns ou chats não tematizados
73	Formulários para contatos, sugestões, reclamações etc.
74	Formulário para avaliação do desempenho dos gestores/do governo/das secretarias
VII	TRANSPARÊNCIA ADMINISTRATIVA
75	Informações sobre concursos públicos
76	Programas de estágios profissionais
77	lista de empresas fornecedoras
78	Contratos
79	Editais licitações
80	Licitações em andamento
81	Licitações anteriores/encerradas
82	Sistema de acompanhamento licitações
83	Receitas/despesas do Poder Executivo
84	Tabela salarial do Poder Executivo
85	Relatório da gestão fiscal da Instituição
VIII	LINKS PARA OUTROS ÓRGÃOS DE INTERESSE
86	Governo Federal
87	Outros Governos Estaduais
88	Governos Municipais
89	Poder Legislativo / Assembléia Legislativa
90	Tribunal de contas do Estado (TCE)
91	Ministério Público (MP)
92	Tribunais/Judiciário
93	Diário Oficial do Estado